

Sumário

NOTA DO AUTOR AO V. 3, 5ª EDIÇÃO	7
OUTRAS OBRAS DO AUTOR PUBLICADAS PELA THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS	9

PARTE I CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1. INTRODUÇÃO AOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	31
1.1. Considerações iniciais.....	31
1.2. A evolução do tema e a questão do bem jurídico envolvido	33
1.3. A hipervalorização do patrimônio na legislação penal brasileira.....	34
1.4. Outras dificuldades da matéria	34
2. FURTO (ART. 155)	39
2.1. Considerações iniciais.....	40
2.2. Objetividade jurídica	42
2.3. Sujeitos do delito	42
2.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	42
2.5. Consumação e tentativa	45
2.6. Furto famélico	47
2.7. Furto privilegiado e princípio da insignificância	47
2.8. Furto noturno	49
2.9. Furto qualificado.....	49
2.9.1. Qualificadoras relativas aos meios de execução.....	50
2.9.1.1. Destruição ou rompimento de obstáculo	50
2.9.1.2. Abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.....	50
2.9.1.3. Emprego de chave falsa.....	51
2.9.1.4. Concurso de pessoas	51
2.9.1.5. Emprego de explosivo.....	51
2.9.1.6. Furto por meio de dispositivo eletrônico ou infor- mático e suas majorantes.....	52

2.9.2.	Qualificadora relativa a resultado posterior mais grave: furto de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou país	54
2.9.3.	Qualificadoras relativas a específicos objetos materiais	55
2.9.3.1.	Furto de semovente domesticável de produção...	55
2.9.3.2.	Furto de substâncias explosivas	55
2.10.	Pena e ação penal	55
3.	FURTO DE COISA COMUM (ART. 156)	59
3.1.	Considerações iniciais	59
3.2.	Objetividade jurídica	59
3.3.	Sujeitos do delito	60
3.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	60
3.5.	Consumação e tentativa	61
3.6.	Exclusão de crime	61
3.7.	Pena e ação penal	62
4.	ROUBO (ART. 157)	65
4.1.	Considerações iniciais	66
4.2.	Objetividade jurídica	67
4.3.	Sujeitos do delito	68
4.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	68
4.4.1.	Roubo simples próprio	68
4.4.2.	Roubo simples impróprio	70
4.5.	Consumação e tentativa	71
4.6.	Concurso de crimes em face de pluralidade de vítimas	73
4.7.	Inexistência de roubo de uso	75
4.8.	Roubo privilegiado e princípio da insignificância	75
4.9.	Roubo majorado	76
4.9.1.	Concurso de agentes	77
4.9.2.	Vítima em serviço de transporte de valores	78
4.9.3.	Veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou país	78
4.9.4.	Restrição da liberdade da vítima	78
4.9.5.	Roubo de substâncias explosivas	79
4.9.6.	Emprego de arma branca	79
4.9.7.	Emprego de arma de fogo	80
4.9.8.	Emprego de explosivo	82

4.10.	Roubo qualificado.....	82
4.10.1.	Roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	83
4.10.2.	Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave.....	86
4.10.3.	Roubo qualificado pelo resultado morte (latrocínio)	86
4.11.	Pena e ação penal.....	90
5.	EXTORSÃO (ART. 158)	95
5.1.	Considerações iniciais.....	95
5.2.	Objetividade jurídica	96
5.3.	Sujeitos do delito	96
5.4.	Tipicidade objetiva.....	96
5.4.1.	Distinção entre roubo e extorsão	97
5.4.2.	Natureza da extorsão	98
5.5.	Tipicidade subjetiva.....	99
5.6.	Consumação e tentativa	99
5.7.	Extorsão majorada	100
5.8.	Extorsão qualificada pelo resultado.....	101
5.9.	Extorsão qualificada pela restrição da liberdade (“sequestro relâmpago”) ...	101
5.10.	Pena e ação penal.....	103
6.	EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO (ART. 159)	105
6.1.	Considerações iniciais.....	105
6.2.	Objetividade jurídica	106
6.3.	Sujeitos do delito	106
6.4.	Tipicidade objetiva.....	106
6.4.1.	Natureza da extorsão mediante sequestro.....	107
6.4.2.	A espécie de vantagem no tipo do art. 159	108
6.4.3.	Extorsão mediante sequestro em face dos crimes de tortura e de associação criminosa.....	110
6.5.	Tipicidade subjetiva.....	111
6.6.	Consumação e tentativa	112
6.7.	Qualificadoras.....	112
6.8.	Causa de diminuição de pena: delação premiada	113
6.9.	A questão da tortura na investigação criminal.....	114
6.10.	Sanções aplicadas e a necessária reflexão sobre proporcionalidade do sistema de penas.....	115
6.11.	Pena e ação penal.....	115

7.	EXTORSÃO INDIRETA (ART. 160)	117
7.1.	Considerações iniciais.....	117
7.2.	Objetividade jurídica	117
7.3.	Sujeitos do delito	118
7.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	118
7.5.	Consumação e tentativa	119
7.6.	Pena e ação penal.....	119
8.	CRIMES DE USURPAÇÃO (ARTS. 161 E 162)	121
8.1.	Considerações iniciais.....	121
8.2.	Alteração de limites	122
8.2.1.	Objetividade jurídica	123
8.2.2.	Sujeitos do delito	123
8.2.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	123
8.2.4.	Consumação e tentativa	124
8.2.5.	Pena e ação penal.....	124
8.3.	Usurpação de águas.....	124
8.3.1.	Objetividade jurídica	125
8.3.2.	Sujeitos do delito	125
8.3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	125
8.3.4.	Consumação e tentativa	126
8.3.5.	Pena e ação penal.....	126
8.4.	Esbulho possessório	126
8.4.1.	Objetividade jurídica	126
8.4.2.	Sujeitos do delito	126
8.4.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	126
8.4.4.	Consumação e tentativa	128
8.4.5.	Pena e ação penal.....	128
8.5.	Supressão ou alteração de marca em animais.....	129
8.5.1.	Objetividade jurídica	129
8.5.2.	Sujeitos do delito	129
8.5.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	129
8.5.4.	Consumação e tentativa	130
8.5.5.	Pena e ação penal.....	130
9.	CRIMES DE DANO (ARTS. 163 A 167)	135
9.1.	Considerações iniciais.....	136
9.2.	Dano.....	136
9.2.1.	Dano simples.....	136

9.2.1.1.	Objetividade jurídica.....	137
9.2.1.2.	Sujeitos do delito.....	137
9.2.1.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	137
9.2.1.4.	Consumação e tentativa.....	138
9.2.2.	Dano qualificado.....	139
9.2.2.1.	Emprego de violência ou grave ameaça.....	139
9.2.2.2.	Emprego de substância inflamável ou explosiva...	139
9.2.2.3.	Dano ao patrimônio público.....	139
9.2.2.4.	Motivo egoístico ou prejuízo considerável para a vítima.....	141
9.2.3.	Pena e ação penal.....	141
9.3.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	141
9.3.1.	Objetividade jurídica.....	141
9.3.2.	Sujeitos do delito.....	142
9.3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	142
9.3.4.	Consumação e tentativa.....	143
9.3.5.	Pena e ação penal.....	143
9.4.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	143
9.5.	Alteração de local especialmente protegido.....	144
10.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ART. 168)	147
10.1.	Considerações iniciais.....	147
10.2.	Objetividade jurídica.....	148
10.3.	Sujeitos do delito.....	148
10.4.	Tipicidade objetiva.....	148
10.5.	Tipicidade subjetiva.....	149
10.6.	Consumação e tentativa.....	150
10.7.	Causas de aumento de pena.....	150
10.8.	Figuras especiais.....	152
10.9.	Pena e ação penal.....	152
11.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A)	155
11.1.	Considerações gerais.....	155
11.2.	Objetividade jurídica.....	156
11.3.	Sujeitos do delito.....	157
11.4.	Tipicidade objetiva.....	157
11.5.	Tipicidade subjetiva.....	159
11.6.	Consumação e tentativa.....	159
11.7.	Causa de extinção da punibilidade.....	160

11.8.	Perdão judicial ou aplicação isolada de multa	162
11.9.	Pena e ação penal	162
11.10.	Casos de insignificância e situação de dificuldades financeiras.....	163
12.	OUTROS DELITOS DE APROPRIAÇÃO (ART. 169)	167
12.1.	Considerações iniciais.....	167
12.2.	Objetividade jurídica	168
12.3.	Sujeitos do delito	168
12.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	168
12.4.1.	Apropriação de coisa havida por erro, caso <i>fortuito</i> ou força da natureza	168
12.4.2.	Apropriação de tesouro	170
12.4.3.	Apropriação de coisa achada.....	171
12.5.	Consumação e tentativa	172
12.6.	Pena e ação penal.....	172
13.	ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES (ART. 171)	175
13.1.	Considerações iniciais.....	176
13.2.	Objetividade jurídica	179
13.3.	Sujeitos do delito	179
13.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	180
13.4.1.	Torpeza bilateral	181
13.4.2.	Fraude civil versus fraude penal	182
13.4.3.	Estelionato judiciário e estelionato sentimental	182
13.5.	Consumação e tentativa	183
13.6.	Estelionato e crimes de falso.....	184
13.7.	Forma privilegiada	184
13.8.	Figuras equiparadas.....	184
13.8.1.	Disposição de coisa alheia como própria	186
13.8.2.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	186
13.8.3.	Defraudação de penhor	187
13.8.4.	Fraude na entrega de coisa	187
13.8.5.	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro ...	188
13.8.6.	Fraude no pagamento por meio de cheque	188
13.9.	Qualificadora (fraude eletrônica) e causa de aumento a ela relativa	190
13.10.	Causas de aumento de pena	191
13.10.1.	Crime cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência	191
13.10.2.	Estelionato contra idoso ou vulnerável	193

13.10.3.	Diferenças entre estelionato contra vulnerável e abuso de incapazes.....	193
13.11.	Ressarcimento à vítima e suas consequências.....	194
13.12.	Pena e ação penal.....	195
13.13.	Regramento quanto à ação penal instituído pela Lei Anticrime.....	196
14.	FRAUDE COM A UTILIZAÇÃO DE ATIVOS VIRTUAIS, VALORES MOBILIÁRIOS OU ATIVOS FINANCEIROS	201
14.1.	Considerações iniciais.....	201
14.2.	Objetividade jurídica	202
14.3.	Sujeitos do delito	203
14.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	203
14.5.	Consumação e tentativa	206
14.6.	Pena e ação penal.....	206
15.	DUPLICATA SIMULADA (ART. 172)	209
15.1.	Considerações iniciais.....	209
15.2.	Objetividade jurídica	210
15.3.	Sujeitos do delito	210
15.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	211
15.5.	Consumação e tentativa	211
15.6.	Figura equiparada.....	212
15.7.	Pena e ação penal.....	213
16.	ABUSO DE INCAPAZES (ART. 173)	215
16.1.	Considerações iniciais.....	215
16.2.	Objetividade jurídica	215
16.3.	Sujeitos do delito	215
16.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	216
16.5.	Consumação e tentativa	218
16.6.	Pena e ação penal.....	218
17.	INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO (ART. 174)	219
17.1.	Considerações iniciais.....	219
17.2.	Objetividade jurídica	219
17.3.	Sujeitos do delito	219
17.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	220
17.5.	Consumação e tentativa	221
17.6.	Pena e ação penal.....	221
18.	FRAUDE NO COMÉRCIO (ART. 175)	223
18.1.	Considerações iniciais.....	223

18.2.	Objetividade jurídica	224
18.3.	Sujeitos do delito	224
18.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	224
18.5.	Figura qualificada	226
18.6.	Consumação e tentativa	227
18.7.	Figura privilegiada	227
18.8.	Pena e ação penal.....	227
19.	OUTRAS FRAUDES (ART. 176)	229
19.1.	Considerações iniciais.....	229
19.2.	Objetividade jurídica	229
19.3.	Sujeitos do delito	230
19.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	230
19.5.	Consumação e tentativa	232
19.6.	Perdão judicial	232
19.7.	Pena e ação penal.....	232
20.	FRAUDES E ABUSOS NA FUNDAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES (ART. 177)	235
20.1.	Considerações iniciais.....	236
20.2.	Objetividade jurídica	236
20.3.	Sujeitos do delito	236
20.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	237
20.5.	Figuras equiparadas	240
20.5.1.	Fraude sobre as condições econômicas da sociedade.....	240
20.5.2.	Falsa cotação de ações ou títulos da sociedade	241
20.5.3.	Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres da sociedade.....	242
20.5.4.	Compra e venda indevida de ações emitidas pela sociedade ...	242
20.5.5.	Penhor ou caução indevidos de ações da sociedade	243
20.5.6.	Distribuição de lucros ou dividendos indevidos	243
20.5.7.	Conluio para aprovação de conta ou parecer	244
20.5.8.	Condutas delitivas do liquidante	245
20.5.9.	Crimes do representante de sociedade anônima estrangeira ...	245
20.6.	Figura privilegiada	245
20.7.	Consumação e tentativa	247
20.8.	Pena e ação penal.....	248
21.	EMISSÃO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE DEPÓSITO OU “WARRANT” (ART. 178)	251

21.1.	Considerações iniciais.....	251
21.2.	Objetividade jurídica	251
21.3.	Sujeitos do delito	252
21.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	252
21.5.	Consumação e tentativa	254
21.6.	Pena e ação penal.....	254
22.	FRAUDE À EXECUÇÃO (ART. 179)	255
22.1.	Considerações iniciais.....	255
22.2.	Objetividade jurídica	255
22.3.	Sujeitos do delito	255
22.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	256
22.5.	Consumação e tentativa	257
22.6.	Pena e ação penal.....	257
23.	RECEPTAÇÃO (ARTS. 180 E 180-A)	259
23.1.	Considerações iniciais.....	260
23.2.	Histórico da receptação: o desafio da autonomia	261
23.3.	Objetividade jurídica	262
23.4.	Sujeitos do delito	264
23.5.	Tipicidade objetiva.....	264
23.6.	Tipicidade subjetiva.....	268
23.7.	Consumação e tentativa	269
23.8.	Receptação qualificada.....	269
23.8.1.	Receptação qualificada pelo exercício da atividade comercial ou industrial	269
23.8.2.	Receptação qualificada pela natureza do objeto material	270
23.9.	Receptação privilegiada	271
23.10.	Receptação culposa	272
23.11.	Receptação e lavagem de dinheiro	272
23.12.	Receptação e princípio da insignificância	273
23.13.	Receptação e ressarcimento à vítima	275
23.14.	Pena e ação penal.....	276
23.15.	Receptação de animal.....	276
24.	DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES PATRIMONIAIS (ARTS. 181 A 183)	281
24.1.	Considerações iniciais.....	281
24.2.	Imunidades absolutas	282
24.3.	Imunidades relativas	284

24.4.	Hipóteses de não aplicação das imunidades	285
24.5.	Imunidades e Lei Maria da Penha.....	286

PARTE II

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

25.	VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ART. 184)	289
25.1.	Considerações iniciais.....	289
25.2.	Objetividade jurídica	292
25.3.	Sujeitos do delito	292
25.4.	Tipicidade objetiva.....	293
25.5.	Tipicidade subjetiva.....	297
25.6.	Consumação e tentativa	297
25.7.	Pena e ação penal.....	298

PARTE III

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

26.	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO (ART. 197)	303
26.1.	Considerações iniciais.....	303
26.2.	Objetividade jurídica	304
26.3.	Sujeitos do delito	304
26.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	304
26.5.	Consumação e tentativa	306
26.6.	Pena e ação penal.....	307
27.	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA (ART. 198)	309
27.1.	Considerações iniciais.....	309
27.2.	Objetividade jurídica	309
27.3.	Sujeitos do delito	310
27.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	310
27.5.	Consumação e tentativa	311
27.6.	Pena e ação penal.....	312
28.	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (ART. 199)	313
28.1.	Considerações iniciais.....	313

28.2.	Objetividade jurídica	314
28.3.	Sujeitos do delito	314
28.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	314
28.5.	Consumação e tentativa	316
28.6.	Pena e ação penal.....	316
29.	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM (ART. 200)	319
29.1.	Considerações iniciais.....	319
29.2.	Objetividade jurídica	319
29.3.	Sujeitos do delito	320
29.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	320
29.5.	Consumação e tentativa	322
29.6.	Pena e ação penal.....	322
30.	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO (ART. 201)	325
30.1.	Considerações iniciais.....	325
30.2.	Objetividade jurídica	326
30.3.	Sujeitos do delito	326
30.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	326
30.5.	Consumação e tentativa	327
30.6.	Pena e ação penal.....	327
31.	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM (ART. 202)	329
31.1.	Considerações iniciais.....	329
31.2.	Objetividade jurídica	329
31.3.	Sujeitos do delito	330
31.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	330
31.5.	Consumação e tentativa	331
31.6.	Pena e ação penal.....	331
32.	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABA- LHISTA (ART. 203)	333
32.1.	Considerações iniciais.....	333
32.2.	Objetividade jurídica	334
32.3.	Sujeitos do delito	334
32.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	334
32.5.	Consumação e tentativa	335

32.6.	Figuras equiparadas.....	336
32.7.	Causas de aumento de pena.....	336
32.8.	Pena e ação penal.....	337
33.	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 204).....	339
33.1.	Considerações iniciais.....	339
33.2.	Objetividade jurídica.....	340
33.3.	Sujeitos do delito.....	340
33.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	340
33.5.	Consumação e tentativa.....	341
33.6.	Pena e ação penal.....	341
34.	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA (ART. 205).....	343
34.1.	Considerações iniciais.....	343
34.2.	Objetividade jurídica.....	343
34.3.	Sujeitos do delito.....	344
34.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	344
34.5.	Consumação e tentativa.....	345
34.6.	Pena e ação penal.....	345
35.	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO (ART. 206).....	347
35.1.	Considerações iniciais.....	347
35.2.	Objetividade jurídica.....	347
35.3.	Sujeitos do delito.....	348
35.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	348
35.5.	Consumação e tentativa.....	349
35.6.	Pena e ação penal.....	349
36.	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL (ART. 207).....	351
36.1.	Considerações iniciais.....	351
36.2.	Objetividade jurídica.....	352
36.3.	Sujeitos do delito.....	352
36.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	352
36.5.	Consumação e tentativa.....	353
36.6.	Figuras equiparadas.....	353
36.7.	Causas de aumento de pena.....	354
36.8.	Pena e ação penal.....	354

PARTE IV
CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO
E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

37.	ULTRAJE A CULTO E IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE ATO A ELE RELATIVO (ART. 208)	359
37.1.	Considerações iniciais.....	359
37.2.	Objetividade jurídica	361
37.3.	Sujeitos do delito	361
37.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	362
37.4.1.	Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa	362
37.4.2.	Impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso ...	362
37.4.3.	Vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso	363
37.5.	Consumação e tentativa	364
37.6.	Causa de aumento de pena.....	364
37.7.	Pena e ação penal.....	364
38.	IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA (ART. 209)	367
38.1.	Considerações iniciais.....	367
38.2.	Objetividade jurídica	367
38.3.	Sujeitos do delito	368
38.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	368
38.5.	Consumação e tentativa	368
38.6.	Causa de aumento de pena.....	369
38.7.	Pena e ação penal.....	369
39.	VIOLAÇÃO DE SEPULTURA (ART. 210)	371
39.1.	Considerações iniciais.....	371
39.2.	Objetividade jurídica	371
39.3.	Sujeitos do delito	371
39.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	372
39.5.	Consumação e tentativa	373
39.6.	Pena e ação penal.....	373
40.	DESTRUIÇÃO, SUBTRAÇÃO OU OCULTAÇÃO DE CADÁVER (ART. 211)	375
40.1.	Considerações iniciais.....	375
40.2.	Objetividade jurídica	375

40.3.	Sujeitos do delito	375
40.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	375
40.5.	Consumação e tentativa	377
40.6.	Pena e ação penal.....	377
41.	VILIPÊNDIO A CADÁVER (ART. 212)	379
41.1.	Considerações iniciais.....	379
41.2.	Objetividade jurídica	379
41.3.	Sujeitos do delito	379
41.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	379
41.5.	Consumação e tentativa	381
41.6.	Pena e ação penal.....	381

PARTE V

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

42.	INTRODUÇÃO AOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL...	385
42.1.	Considerações iniciais.....	385
42.2.	A evolução do tema e a questão do bem jurídico envolvido	388
42.3.	O traçado da legislação brasileira sobre crimes sexuais	391
42.4.	O panorama atual da matéria	397
43.	ESTUPRO (ART. 213)	401
43.1.	Considerações iniciais.....	401
43.2.	Histórico do tratamento do delito de estupro.....	402
43.3.	Objetividade jurídica	404
43.4.	Sujeitos do delito	405
43.5.	Tipicidade objetiva e subjetiva	406
43.6.	Consumação e tentativa	409
43.7.	Figuras qualificadas	410
43.8.	Causas de aumento de pena.....	411
43.9.	Pena e ação penal.....	411
44.	VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE (ART. 215)	415
44.1.	Considerações iniciais.....	415
44.2.	Objetividade jurídica	416
44.3.	Sujeitos do delito	417
44.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	417
44.5.	Consumação e tentativa	420

44.6.	Forma qualificada.....	420
44.7.	Pena e ação penal.....	421
45.	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (ART. 215-A)	423
45.1.	Considerações iniciais.....	423
45.2.	Objetividade jurídica	426
45.3.	Sujeitos do delito	426
45.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	426
45.5.	Consumação e tentativa	428
45.6.	Pena e ação penal.....	428
46.	ASSÉDIO SEXUAL (ART. 216-A)	431
46.1.	Considerações iniciais.....	431
46.2.	Objetividade jurídica	432
46.3.	Sujeitos do delito	432
46.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	432
46.5.	Consumação e tentativa	436
46.6.	Causa de aumento de pena.....	436
46.7.	Pena e ação penal.....	436
47.	REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL (ART. 216-B)	439
47.1.	Considerações iniciais.....	439
47.2.	Objetividade jurídica	439
47.3.	Sujeitos do delito	439
47.4.	Tipicidades objetiva e subjetiva.....	440
47.5.	Consumação e tentativa	442
47.6.	Figura equiparada.....	442
47.7.	Pena e ação penal.....	443
48.	ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A)	445
48.1.	Considerações iniciais.....	445
48.2.	Objetividade jurídica	447
48.3.	Sujeitos do delito	448
48.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	449
48.5.	Consumação e tentativa	451
48.6.	Figura equiparada.....	451
48.7.	Qualificadoras.....	453
48.8.	Pena e ação penal.....	453

49.	INDUÇÃO DE MENOR DE CATORZE ANOS A SATISFAZER A LASCÍVIA DE OUTREM (ART. 218)	457
49.1.	Considerações iniciais.....	457
49.2.	Objetividade jurídica	458
49.3.	Sujeitos do delito	458
49.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	459
49.5.	Consumação e tentativa	460
49.6.	Pena e ação penal.....	461
50.	SATISFAÇÃO DE LASCÍVIA MEDIANTE PRESENÇA DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE (ART. 218-A)	463
50.1.	Considerações iniciais.....	463
50.2.	Objetividade jurídica	463
50.3.	Sujeitos do delito	464
50.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	464
50.5.	Consumação e tentativa	465
50.6.	Pena e ação penal.....	465
51.	FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL (ART. 218-B)	467
51.1.	Considerações iniciais.....	467
51.2.	Objetividade jurídica	468
51.3.	Sujeitos do delito	468
51.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	469
51.5.	Confronto com o tipo do art. 244-A do ECA.....	470
51.6.	Consumação e tentativa	471
51.7.	Figuras equiparadas	471
51.8.	Figura qualificada	473
51.9.	Pena e ação penal.....	473
52.	DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU DE PORNOGRAFIA (ART. 218-C)	475
52.1.	Considerações iniciais.....	475
52.2.	Objetividade jurídica	476
52.3.	Sujeitos do delito	476
52.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	478
52.5.	Consumação e tentativa	480
52.6.	Causa de aumento de pena	480
52.7.	Causa de exclusão de ilicitude	480
52.8.	Pena e ação penal.....	480

53.	DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 225 E 226)	483
53.1.	Considerações iniciais.....	483
53.2.	Ação penal	484
53.3.	Causas de aumento de pena	485
53.3.1.	Concurso de agentes	485
53.3.2.	Qualidade do sujeito ativo	486
53.3.3.	Estupro coletivo.....	487
53.3.4.	Estupro corretivo	487
54.	MEDIAÇÃO PARA SERVIR A LASCÍVIA DE OUTREM (ART. 227)	489
54.1.	Considerações iniciais.....	489
54.2.	Objetividade jurídica	491
54.3.	Sujeitos do delito	491
54.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	491
54.5.	Consumação e tentativa	492
54.6.	Figuras qualificadas	493
54.7.	Pena e ação penal.....	494
55.	FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL (ART. 228)	497
55.1.	Considerações iniciais.....	497
55.2.	Objetividade jurídica	498
55.3.	Sujeitos do delito	498
55.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	499
55.5.	Consumação e tentativa	501
55.6.	Figuras qualificadas	501
55.7.	Pena e ação penal.....	502
56.	CASA DE PROSTITUIÇÃO (ART. 229)	505
56.1.	Considerações iniciais.....	505
56.2.	Objetividade jurídica	508
56.3.	Sujeitos do delito	508
56.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	509
56.5.	Consumação e tentativa	510
56.6.	Pena e ação penal.....	510
57.	RUFIANISMO (ART. 230)	513
57.1.	Considerações iniciais.....	513
57.2.	Objetividade jurídica	514

57.3.	Sujeitos do delito	514
57.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	515
57.5.	Consumação e tentativa	517
57.6.	Figuras qualificadas	517
57.7.	Pena e ação penal.....	518
58.	PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL (ART. 232-A)	521
58.1.	Considerações iniciais.....	521
58.2.	Objetividade jurídica	522
58.3.	Sujeitos do delito	522
58.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	522
58.5.	Consumação e tentativa	524
58.6.	Figura equiparada.....	524
58.7.	Causas de aumento de pena.....	524
58.8.	Pena e ação penal.....	525
59.	ATO OBSCENO (ART. 233)	527
59.1.	Considerações iniciais.....	527
59.2.	Objetividade jurídica	528
59.3.	Sujeitos do delito	528
59.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	529
59.5.	Consumação e tentativa	532
59.6.	Pena e ação penal.....	532
60.	ESCRITO OU OBJETO OBSCENO (ART. 234)	533
60.1.	Considerações iniciais.....	533
60.2.	Objetividade jurídica	535
60.3.	Sujeitos do delito	535
60.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	535
60.5.	Consumação e tentativa	536
60.6.	Figuras equiparadas.....	537
60.7.	Pena e ação penal.....	537
61.	DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 234-A E 234-B)	539
61.1.	Considerações iniciais.....	539
61.2.	Causas de aumento de pena.....	539
61.3.	Segredo de justiça	541
BIBLIOGRAFIA	543